

**Universidade Federal Fluminense – UFF**

**Faculdade de Educação – Graduação em Pedagogia**

**Tópicos Especiais em Organização da Educação no Brasil – 2021.1**

**Docente: Reginaldo Scheuermann Costa**

### **Verbetes para o Dicionário de Favelas Marielle Franco: Pré-vestibular social**

Como o nome já diz, o objetivo do pré-vestibular é preparar adolescentes e adultos, geralmente depois da Educação Básica, para as diversas provas de ingresso em universidades. A mais importante delas, atualmente, é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essa prova foi instituída em 1998 visando avaliar o empenho escolar dos egressos da educação básica, mas em 2009 ele passou a ser usado como mecanismo de acesso à Educação Superior (BRASIL, s/d). O ENEM possibilitou uma maior integração do país, ao passo que inaugurou, como tendência, a conseqüente homogeneização do Ensino Médio.

Existem os pré-vestibulares particulares e os pré-vestibulares sociais. Destes últimos podemos elencar alguns tipos: os ligados a movimentos sociais, aos sindicatos, aos partidos, à universidade, à institutos e fundações e até mesmo àqueles relacionados filantropicamente aos colégios e cursos particulares. Pensando territorialmente, existem inúmeros pré-vestibulares comunitários nas favelas. Concentrando nas favelas cariocas, podemos citar alguns exemplos: o Redes da Maré, o UniFavela, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), localizados na Favela da Maré; o Construindo Caminhos, o +Nós, ambos no Alemão; Núcleo Independente e Comunitário de Aprendizagem (NICA) no Jacarezinho.

É importante compreender, então, o que são e o que significam estas iniciativas. Antonio Gramsci nos fornece instrumental para isso. Ele foi um comunista italiano que viveu os anos do fascismo. Mais do que isso, foi preso pelo regime representado por Benito Mussolini. Na prisão, escreveu diversos cadernos tentando compreender a história da Itália e algumas mudanças que os países ocidentais viviam naquele momento. Dentre suas contribuições, destaca-se a ideia de “Estado Ampliado”. O termo cunhado pela filósofa francesa Christine Buci-Glucksmann busca captar o sentido da teoria gramsciana de Estado. Para o sardo, as sociedades ocidentais passavam por uma complexificação que

ampliava o Estado: este agora seria composto por duas instâncias, vale dizer, separadas apenas para fins analíticos, quais sejam, a sociedade política e a sociedade civil. A sociedade política é o conjunto dos organismos governamentais administrativos, enquanto a sociedade civil é o terreno onde se organizam as vontades coletivas via aparelhos privados de hegemonia (APH). Estes aparelhos são organizações particulares que disputam projetos de sociedade. Nesse sentido, a sociedade civil é, por excelência, o espaço da disputa e da construção do consenso, do convencimento, mesmo que, para isso, a coerção, ou seja, a força, seja utilizada. Outra categoria importante para Gramsci é hegemonia que é quando os interesses particulares de uma classe ou fração se classe se fazem universais, ou seja, quando parecem ser o interesse de toda a sociedade. É pela e para a hegemonia que os APHs trabalham.

Dissemos anteriormente que Gramsci nos ajudaria a compreender o que são os pré-vestibulares, porque podemos considera-los aparelhos privados de hegemonia. Ou seja, cada um deles representa uma visão de mundo e trabalha no sentido de educar os seus estudantes nesta visão de mundo. Estas podem ser as mais variadas possíveis, mas podemos encontrar pontos de contato entre elas e também pontos de divergência. Por exemplo, no caso dos pré-vestibulares ligados a universidades, podemos concebê-los como projetos de extensão. As universidades, principalmente as públicas, visam três áreas: pesquisa, ensino e extensão. Esta última compreende que a universidade precisa ter iniciativas dentro da comunidade a que ela está inserida, sendo a iniciativa de formação uma delas. Ao contrário, por exemplo, de escolas particulares que têm pré-vestibulares sociais ou então concedem bolsas de estudos para as classes trabalhadoras.

A proliferação dos pré-vestibulares comunitários nas favelas se dá no bojo da ampliação do acesso ao ensino superior que se deu no Brasil, principalmente, nos dois governos Lula (2003-2011) <sup>1</sup>. Podemos citar a criação de universidades federais <sup>23</sup>, a construção de novos campi, principalmente no interior dos estados, visando diminuir a desigualdade regional; o Programa Planos de Reestruturação e Expansão das

---

<sup>1</sup> Não trataremos dos Institutos Federais. De acordo com Soares, hoje são 562 unidades em 512 municípios, e oferece desde o ensino médio integrado aos cursos técnicos, à formação de jovens e adultos, até os cursos de graduação e de pós-graduação (SOARES, 2020).

<sup>2</sup> Não conseguimos conferir o número exato. Alguns lugares apontam 9, alguns lugares 18. De todo modo, são números significativos.

<sup>3</sup> Entre estas universidades estão: a Universidade Federal da Região do Cariri (UFCA), a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA), a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), entre outras.

Universidades Federais (Reuni), que visou ampliar a oferta de vagas no Ensino Superior; a lei de cotas, n.12.711/12 que decreta que todas as instituições federais de ensino superior devem reservar, no mínimo, 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação aos estudantes de escolas públicas; o Programa Universidade Para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior; a ampliação da atuação do Fundo de Financiamento do Estudante ao Ensino Superior (FIES), que financia estudantes nas universidades privadas.

As duas últimas iniciativas citadas voltam-se para o acesso às universidades particulares, o que abre uma miríade de questões que não serão possíveis de serem tratadas aqui, como, por exemplo, a transferência de dinheiro público para as empresas de educação do ensino superior, que se expandiram desde então. Para Leher (2010), o FIES e o PROUNI se transformaram nos principais mecanismos de massificação e mercantilização do ensino superior, em detrimento do fortalecimento da educação superior pública, do governo Lula.

Esse conjunto de medidas significou maior número de estudantes das classes trabalhadoras no Ensino Superior. De acordo com a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1994 havia 1,7 milhão de pessoas em curso superior. Em 2014 eram 7 milhões, sendo 2,3 milhões das classes médias e baixa. Aqui, vale o alerta sobre o uso da ideia de “classes médias e baixas” construída a partir da renda.

Pensando no recorte racial, é possível afirmar que houve um aumento do acesso de pessoas negras e pardas ao Ensino Superior. Conforme pesquisa feita e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), há um crescimento de 25% entre 2009 e 2015, enquanto a presença na população total foi ampliada em 5%.

De acordo com a pesquisadora do Ipea e autora do estudo “Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior: Acesso e Perfil Discente”, Tatiana Dias Silva, a maior frequência de negros no ensino superior público e privado é evidente na pesquisa. Segundo ela, em 2001 eles representavam 22% desses estudantes, já em 2015 essa participação alcançou 44%. Esse incremento considera também 17% de aumento no total de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, ao sair de 46,1% para 53,9%. Na graduação pública, o salto nessa frequência foi de 31,5% para 45,1% no mesmo período, embora a pesquisa tenha contemplado recortes quanto à graduação nas redes pública e privada, no ensino público e em instituições públicas federais (IPEA, 2020).

Entretanto, desde o golpe contra a então presidente Dilma Rousseff em 2016, o que vimos vivendo é um desmonte aceleração da educação e da ciência. Diversos autores demonstram como desde o governo Michel Temer (2016-2018) as políticas públicas

educacionais brasileiras vêm se aproximando do interesse do setor privado. Assim, podemos citar a elaboração e a implementação da Base Nacional Comum Curricular e o projeto de Temer para as universidades, quando ainda era vice-presidente, denominado “Uma ponte para o futuro”. As eleições de 2018 elevaram Jair Bolsonaro, deputado do baixo clero, à Presidência da República. Seu plano de governo já deixava claro seu posicionamento diante das questões educacionais brasileiras: a ideia era esvaziar tudo que foi construído, sem clareza e estratégia, mas conclamando uma das bandeiras de Bolsonaro, a defesa da família, que se desdobra no combate à chamada ideologia de gênero.

Podemos citar inúmeros casos antidemocráticos de Bolsonaro no âmbito da educação, mas focando no Ensino Superior, devemos lembrar que

Em 29 nomeações feitas entre janeiro de 2019 e novembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro só escolheu o primeiro colocado da lista tríplice para reitor em onze universidades. Em oito casos, optou pelo candidato menos votado, o terceiro colocado na lista tríplice. Em três casos, optou pelo segundo colocado e em sete outros casos nomeou reitores temporários que não tinham nem mesmo concorrido nas consultas às comunidades acadêmicas (HERINGER, 2021).

É importante citar também o “Future-se”, proposta lançada em 2019, que busca ampliar a entrada de recursos privados como forma de financiar as atividades das universidades. Por fim, é importante citar os cortes no orçamento. Em janeiro de 2020, de acordo com Heringer, o presidente Jair Bolsonaro sancionou o corte de R\$19,8 bilhões do orçamento do MEC, que representaram 16% a menos em investimentos federais na Educação. Nas Universidades Federais, a redução do orçamento foi de R\$ 7,3 bilhões (14% em relação a 2019), impactando diretamente no funcionamento dos institutos federais.

Esse breve panorama histórico contribui para a compreensão da grande oferta de pré-vestibulares comunitários nas favelas e também para fazer avaliações dos descaminhos da educação superior pública no Brasil. O evidente aumento do acesso das classes trabalhadoras no Ensino Superior sugere alguns questionamentos: sem deixar de lado as trajetórias de melhoria de vida individuais destes sujeitos pela via da educação, é possível dizer que houve um avanço do ponto de vista da sociedade no Brasil nos últimos anos? A educação é direito fundamental, mas ela garante uma melhoria de vida?

## **Bibliografia consultada**

LEHER, R. Educação no Governo de Lula da Silva. In: CORECON; SINDECON (Orgs.). *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SOARES, R. Expansão da Educação Superior no Governo Lula: tendências e contradições. *Revista Humanidades e Inovação* v.7, n.6, p.81-90, 2020.

## **Sites consultados**

HERINGER, R. Políticas para a educação superior pública nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro: Qual o projeto do governo Bolsonaro para a educação? *Fundação Heinrich Böll*. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/02/27/politicas-para-educacao-superior-publica-nos-dois-primeiros-anos-do-governo-bolsonaro>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

BRASIL. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

CAVALCANTE, T. O Papel do Pré-Vestibular Popular no Acesso ao Ensino Superior (e Lista de Cursos no Rio. *Rio on watch*. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=39854>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Jovens de classe média e baixa avançam nas universidades, s/d. Disponível em: <https://www.une.org.br/2015/01/jovens-de-classe-medica-e-baixa-avancam-nas-universidades/>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. População negra conquista espaço no ensino superior, 25/06/2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35896](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35896). Acesso em 25 de agosto de 2021.

<https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/cotas/lei-cotas-entenda-como-funciona.htm>

<http://prouniportal.mec.gov.br/>

<http://portalfies.mec.gov.br/>